



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 4360/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Lorena
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
Período 08/2016
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
Responsável FABIO MARCONDES
Cargo PREFEITO
CPF 019.105.098-92
Período de Gestão 01/01/2013 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Não entrega dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. RREO Balanço Orçamentário	8	2016
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	8	2016
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	8	2016
Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	8	2016
Publ. RREO Resultado Nominal	8	2016
Publ. RREO Resultado Primário	8	2016
Publ. RREO Restos a Pagar	8	2016
Publ. RGF Executivo	8	2016
PLAN LDO ATUALIZADA	8	2016

PLAN LOA ATUALIZADA	8	2016
PLAN PPA ATUALIZADO	8	2016
Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016)	8	2016
Questionário sobre Transporte	8	2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	8	2016

Entrega intempestiva dos demais documentos exigidos para o período em análise.

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

2.2 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Alerte-se que a situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 06/10/2016
Hora da Geração: 22:49:07